

A POLÊMICA DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Geraldo Bemfica Teixeira

Em artigo publicado na GAZETA MERCANTIL de 22 de Junho último, o advogado René Bergmann Ávila escreveu sobre títulos da dívida pública (“Estelionato com títulos da dívida pública”) emitidos no início do século, analisando alguns dos aspectos técnicos referentes à matéria, e, em especial, sobre a possibilidade de sua utilização para pagamento de tributos, concluindo pela negativa e recomendando prudência na aquisição de tais títulos, cuja oferta estaria caracterizando estelionato pelos “milagres” prometidos. O tema de fundo – utilização de títulos da dívida pública para pagamento de tributos – já foi objeto de debates por parte do Conselho Técnico do Instituto de Estudos Tributários, ao qual tenho a honra de pertencer, e a unânime conclusão não diverge da opinião do Dr. René Bergmann Ávila (que, por certo, a levou em consideração quando escreveu seu artigo): A compra, por parte de contribuintes, de tais títulos, com o fito de quitar tributos, é uma aventura de altos riscos que só traz vantagens imediatas e seguras àqueles que com isso transacionam. Vale resumir, aqui, que, para haver sucesso no objetivo de utilizar tais títulos para pagar tributos, tem-se de ultrapassar algumas etapas complicadas como: 1º) Provar a autenticidade dos títulos em processo judicial (sendo imprestáveis, para tanto, eventuais laudos que acompanham tais títulos – ainda que substancialmente corretos, o que pode ocorrer); 2º) Fazer valer a tese de que tais títulos não estariam atingidos pela decadência ou prescrição, sendo ainda válidos não obstante as várias décadas decorridas; 3º) Convencer o Judiciário de que o valor atual de tais títulos é aquele que desejamos, corrigido monetariamente mesmo em períodos nos quais o instituto da correção monetária inexistia; 4º) Obrigar, judicial ou administrativamente, as Fazendas Públicas a aceitar tais títulos em pagamento de créditos tributários, mesmo na ausência de lei.

A tais conclusões se pode chegar também pela análise de algumas manifestações jurisprudenciais na incipiente questão: Em pelo menos dois precedentes, o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu sobre estes pontos controvertidos, declarando que *"a apólice em referência não tem condições de assegurar o pagamento do débito tributário", "trata-se de título que não pode ser convertido em dinheiro", "a correção monetária feita pelos índices arquitetados pelo Fundação Getúlio Vargas carece de previsão legal", "a atualização do valor da apólice é totalmente fantasiosa"*, para concluir que *"a mesma apólice não oferece condições de resgate pela sua própria natureza, razão pela qual não prevalece como título da dívida pública"* (Agravo de Instrumento 89.475-5, 3ª Câmara de Direito Público, por votação unânime, j. 17.11.98, LEX-JTJ 212/204-5). O TRF da 3ª Região, no AI 98.03.089522-2 (j. 11.01.99), declara que *"é duvidosa a participação da Fundação Getúlio Vargas, como um todo, na elaboração do documento. Na verdade, o parecer está assinado por um professor da instituição. O que está, por inteiro, no documento, é o nome impresso da Fundação, na parte superior das seis páginas componentes do que, não sem generosidade intelectual e com amplíssima licença ética, denominou-se parecer"*. O Juiz Federal do TRF da 5ª Região, José Lázaro Alfredo Guimarães, por sua vez, declara que *"a criatividade de alguns operadores do direito, às vezes enveredando pelo falso brilho da fantasia"*, para concluir que *"ainda que se admita a sua apresentação para resgate, isso teria que ser feito ante a instituição que emitiu a apólice, para conversão em reais, o que, na verdade, se revela materialmente impossível, pois o Brasil só conheceu a correção monetária a partir de 1965"*. Por unanimidade, no julgamento do AI 1998.01.00.058971-9/GO, a 4ª Turma do TRF da 1ª Região declarou de tais títulos da dívida pública tem *"autenticidade e liquidez que apresentam dúvidas"*. O Ministro GARCIA VIEIRA, da 1ª Turma do STJ, por sua vez, em 12.11.98 (DOU 17.11.98, p. 6), afirma, sobre os títulos, que se tratam de *"alegados créditos das requerentes sem a devida comprovação de sua existência, quantidade, validade e exigibilidade"*. Finalmente, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, em 02/06/99, suspendeu liminar que havia sido dada para autorizar o pagamento de dívidas ao INSS com títulos da Dívida Pública emitidos no período de 1902 a 1926.

Não se trata, de modo algum, de defender a Fazenda Pública, ou o “calote” dos títulos verdadeiros (porque falsos os há!), praticado quando se deixou de pagar no vencimento. Cinge-se a questão na possibilidade – ou viabilidade – do pagamento de tributos com tais papéis, valendo o alerta àqueles contribuintes endividados que são assediados com tais tentadoras ofertas. Neste terreno, tem pertinência a pergunta feita pelo articulista René Bergmann Ávila em seu artigo de 22.06.99, até hoje não suficientemente respondida e à qual adiro com minha perplexidade: Como é possível que alguém que tenha em suas mãos um produto que vale um milhão o venda por vinte mil?